

A influência do tempo de reconhecimento das Indicações Geográficas (IGs) agroalimentares sobre o desempenho econômico dos municípios brasileiros durante a pandemia de COVID-19

The influence of the time since recognition of agrifood Geographical Indications (GIs) on the economic performance of Brazilian municipalities during the COVID-19 pandemic

La influencia del tiempo de reconocimiento de las Indicaciones Geográficas (IG) agroalimentarias en el desempeño económico de los municipios brasileños durante la pandemia de COVID-19

Grupo temático 07 - Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Rodrigo Pereira Leite, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Gabriela Cristina Covalchuk, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Mirna de Lima Medeiros, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

RESUMO

Este artigo investiga a influência do tempo de vida das Indicações Geográficas (IGs) sobre o desempenho econômico dos municípios brasileiros durante a pandemia de COVID-19. Considera-se que as IGs podem funcionar como instrumentos de valorização de ativos locais, especialmente em contextos de crise. A metodologia empregada baseia-se na estimação do modelo *Propensity Score Matching* (PSM), permitindo mensurar os efeitos médios de tratamento em diferentes cenários, de acordo com o tempo de maturidade das IGs. Os resultados indicam que a presença de IGs, particularmente as mais maduras, está associada a variações positivas no PIB per capita, no emprego total e no emprego no setor agropecuário. Em contrapartida, os efeitos sobre o turismo, hotelaria e número de estabelecimentos formais não foram estatisticamente significativos, possivelmente por conta da própria pandemia. Portanto, conclui-se que as IGs possuem potencial para fortalecer a resiliência econômica territorial, mas seus efeitos variam conforme a sua maturidade e as características setoriais dos territórios analisados.

Palavras-chave: indicações geográficas; desenvolvimento; pandemia; economia local.

ABSTRACT

This article investigates the influence of the age of Geographical Indications (GIs) on the economic performance of Brazilian municipalities during the COVID-19 pandemic. GIs are considered instruments for enhancing local assets, especially in crisis contexts. The methodology is based on estimating a Propensity Score Matching (PSM) model, which makes it possible to measure average treatment effects under different scenarios according to the maturity of GIs. The results indicate that the presence of GIs—particularly more mature ones—is associated with positive changes in GDP per capita, total employment, and employment in the agricultural sector. In contrast, the effects on tourism, hospitality, and the number of formal establishments were not statistically significant, possibly due to the pandemic itself. Therefore, the study concludes that GIs have the potential to strengthen territorial economic resilience, but their effects vary with their maturity and the sectoral characteristics of the territories analyzed.

Keywords: geographical indications; development; pandemic; local economy.

RESUMEN

Este artículo investiga la influencia de la antigüedad de las Indicaciones Geográficas (IG) sobre el desempeño económico de los municipios brasileños durante la pandemia de COVID-19. Se considera que las IG pueden funcionar como instrumentos de valorización de activos locales, especialmente en contextos de crisis. La metodología empleada se basa en la estimación del modelo de Propensity Score Matching (PSM), lo que permite medir los efectos promedio del tratamiento en diferentes escenarios, según el grado de madurez de las IG. Los resultados indican que la presencia de IG, particularmente las más maduras, se asocia con variaciones positivas en



el PIB per cápita, el empleo total y el empleo en el sector agropecuario. En cambio, los efectos sobre el turismo, la hotelería y el número de establecimientos formales no fueron estadísticamente significativos, posiblemente debido a la propia pandemia. Por lo tanto, se concluye que las IG tienen potencial para fortalecer la resiliencia económica territorial, pero sus efectos varían según su madurez y las características sectoriales de los territorios analizados.

Palabras clave: indicaciones geográficas; desarrollo; pandemia; economía local.

1. Introdução:

Por muito tempo, crescimento econômico e desenvolvimento foram tratados como sinônimos. No entanto, essa equivalência tem sido cada vez mais questionada (Benko, 1998; Jean, 1996). O crescimento econômico refere-se ao aumento da produção e da renda em uma determinada região, geralmente medido por indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento envolve uma dimensão muito mais ampla: abrange transformações sociais, culturais e institucionais que permitem à população melhorar sua qualidade de vida de forma duradoura e equitativa (Muller, 1990).

Nesse sentido, o desenvolvimento não é apenas um processo econômico, mas um fenômeno complexo, que depende de fatores materiais e imateriais e que nem sempre se traduz diretamente em progresso social ou bem-estar coletivo.

Dentro desse contexto mais amplo, emerge o conceito de desenvolvimento territorial, que representa uma mudança de paradigma (Bradford, 2004; Aydalot, 1985). Essa abordagem parte do entendimento de que o espaço onde ocorrem os processos de desenvolvimento não é dado, mas construído socialmente (Pecqueur, 2001). Isso significa que o território não se limita a uma área definida por fronteiras administrativas, mas constitui o resultado da ação de atores locais que compartilham uma identidade, constroem projetos comuns e mobilizam recursos sociais, culturais e ambientais para transformar sua realidade.

O território, portanto, configura-se como uma construção coletiva, dinâmica e politicamente situada. Ele se forma quando sujeitos sociais se organizam em torno de um projeto de vida comum, buscando soluções integradas para os problemas locais. Essa perspectiva valoriza o protagonismo das comunidades, a participação da sociedade civil, o fortalecimento das redes locais e a articulação entre saberes tradicionais e políticas públicas. O território deixa de ser apenas o palco onde o desenvolvimento acontece e passa a ser reconhecido como ativo nesse processo (Mollard, 2007).

Essa forma de conceber o desenvolvimento dá origem a um novo paradigma científico, ainda em construção, mas com forte potencial analítico e transformador. Ao unir as noções de “desenvolvimento” e “território”, esse paradigma rompe com visões centralizadas e homogêneas, propondo abordagens mais situadas, interdisciplinares e voltadas à realidade concreta dos lugares. Reconhece-se, assim, que o desenvolvimento não pode ser imposto de fora, mas precisa emergir de dentro, respeitando as especificidades culturais, ambientais e sociais de cada território (Lacour, 2000).

Como possível instrumento em prol do desenvolvimento territorial tem-se as Indicações Geográficas (IGs). Trata-se de signo distintivo aplicável a produtos e serviços cuja origem geográfica específica lhes confere qualidades, reputação ou características únicas, conforme o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2005). Esses produtos são identificados tanto pelo lugar onde são produzidos quanto pela designação geográfica que carregam (Gollo, 2006). Seu objetivo é proteger o nome geográfico e valorizar produtos tradicionais ligados a territórios específicos, promovendo valores culturais, ambientais e sociais, ideia que se conecta à noção de “glocalização” (Giovannucci et al., 2009).

As indicações geográficas podem ser definidas como um signo utilizado para identificar produtos que têm uma origem geográfica concreta e possuem qualidades, ou uma reputação, derivada especificamente de seu lugar de origem. Essa forma de proteção integra o regime de propriedade intelectual e busca assegurar que características singulares associadas ao meio geográfico – como clima, solo, saber-fazer local e trajetórias históricas, sejam reconhecidas e resguardadas. No Brasil, esse instrumento ganhou relevância sobretudo nas últimas duas décadas: em 2021 havia 86 IGs registradas pelo INPI, entre Indicações de Procedência (IP) e Denominações de Origem (DO), número este que em fevereiro de 2026 passou para 153 (SEBRAE, 2026). Esse incremento demonstra um processo contínuo de difusão do instrumento no território brasileiro, com impacto direto sobre o número de municípios e regiões que passam a mobilizar a IG como estratégia de desenvolvimento.

É importante destacar que a presente análise se restringe às Indicações Geográficas agroalimentares, que correspondem à maior parte das IGs reconhecidas no país e guardam relação mais direta com a geração de renda, emprego e encadeamentos produtivos locais. Essa opção concentra o foco empírico em um conjunto de experiências em que os efeitos econômicos e territoriais da IG tendem a ser mais visíveis, além de refletir maior disponibilidade e comparabilidade de dados para o período analisado.

Assim sendo, as IGs despontam como instrumentos de valorização territorial, capazes de articular identidade cultural, proteção legal e inclusão produtiva. Em contextos de crise, como choques econômicos, sanitários ou climáticos, essa articulação torna-se ainda mais visível. Estudos recentes mostram que IGs consolidadas podem funcionar como ativos territoriais estratégicos, fortalecendo cadeias produtivas locais e atenuando parte dos efeitos negativos sobre emprego e renda em períodos de instabilidade, a exemplo do que se observou durante a pandemia de COVID-19 em municípios brasileiros com IGs agroalimentares. Logo, as IGs deixam de ser apenas um mecanismo de diferenciação de produtos e passam a ser compreendidas como instrumentos de reforço da resiliência econômica e social dos territórios.

Este trabalho busca, portanto, analisar a influência do tempo de vida das IGs sobre os efeitos econômicos observados nos municípios brasileiros durante a pandemia de COVID-19.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em três seções principais. Na primeira, discute-se o marco conceitual das Indicações Geográficas e sua inserção nas políticas públicas de desenvolvimento territorial, destacando elementos históricos, institucionais e teóricos. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados, com ênfase no uso do modelo Propensity Score Matching (PSM) para comparar municípios com e sem IGs em distintos estágios de maturação. Por fim, são discutidos os resultados empíricos relativos aos efeitos econômicos das IGs durante a pandemia de COVID-19 e suas implicações para o debate sobre desenvolvimento territorial, seguidos das considerações finais.

2. Indicações Geográficas enquanto Política Pública de Desenvolvimento

A relação entre os seres humanos, a agricultura e a produção de alimentos remonta a cerca de dez mil anos (Mazoyer & Roudart, 2010). No entanto, a evolução não ocorreu da mesma forma em todos os lugares, nem seguiu um caminho linear. A agricultura, entendida como uma combinação entre ecossistema cultivado e sistema social produtivo (Mazoyer & Roudart, 2010), desenvolveu-se de maneira diversa no tempo e no espaço.

O mercado agroalimentar moderno, ao se distanciar dos aspectos culturais historicamente associados à produção de alimentos, tende a ser simplificado por fatores relacionados à lógica das *commodities*, mais facilmente explicáveis pela economia ortodoxa. Em contraposição, cresce a demanda por alimentos que expressem vínculos com a cultura, o território e a história, como os produtos com Indicação Geográfica.

Produtos com Indicação Geográfica são carregados de valores culturais, construídos a partir de condições ambientais e de saberes locais. Eles só existem em sistemas complexos, enraizados em práticas específicas de determinadas regiões e mantidos ao longo do tempo por fatores culturais. À medida que esses sistemas se tornam mais complexos, também se multiplicam as variáveis que influenciam o mercado desses produtos (Benko & Pecqueur, 2001). Por outro lado, regiões com sistemas agroalimentares menos estruturados tendem a enfrentar dificuldades na criação, continuidade e valorização desses produtos, o que pode comprometer sua existência no longo prazo, o que evidencia que a existência e a continuidade desses produtos dependem de sistemas agroalimentares territorialmente estruturados e de formas específicas de governança (Pecqueur, 2001; Cazella, Dorigon & Pecqueur, 2022; Covalchuk, 2022).

A compreensão dessa lógica baseia-se na ideia de que os sistemas agroalimentares estão intimamente ligados à formação cultural das civilizações. Alimentação e cultura fazem parte de uma mesma matriz e não podem ser analisadas de forma separada. Allaire, Casabianca e Thévenot-Mottet (2011) sugerem que a perspectiva da “incorporação” (*embeddedness*), aliada à teoria das convenções, ajuda a esclarecer os vínculos entre alimentos e origem.

As Indicações Geográficas, embora hoje amparadas por dispositivos legais, são reconhecidas há muito tempo pelas comunidades locais, mesmo antes da criação de sistemas formais de proteção. A necessidade de reconhecimento legal surgiu em resposta a tentativas de apropriação indevida de nomes e à prática de enganar consumidores, o que levou ao desenvolvimento de mecanismos para garantir a propriedade intelectual de produtos não replicáveis (Allaire et al., 2011).

Ferramentas como as Indicações Geográficas mostram como os territórios podem se apropriar de seus saberes e produtos para gerar valor, promover inclusão social e garantir sustentabilidade (Dallabrida, 2012). Essas experiências evidenciam que o desenvolvimento territorial é possível quando se reconhece que o verdadeiro motor do progresso está nas pessoas, organizadas em seus territórios e construindo alternativas a partir da cooperação, da identidade e da inovação (Abramovay, 2006).

Há evidente destaque acerca da dimensão econômica das Indicações Geográficas e seus efeitos potencialmente multiplicadores sobre os territórios, ao favorecerem a agregação de valor aos produtos, o acesso a mercados, a diferenciação e o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, com impactos sobre renda, emprego e investimentos locais. Estudos quantitativos apontam efeitos positivos das IGs sobre indicadores como PIB per capita e emprego, ainda que com respostas setoriais diferenciadas. Em diálogo com as abordagens de desenvolvimento territorial sustentável, entende-se que tais resultados se articulam à construção de ativos territoriais e de novas formas de governança, o que ajuda a explicar por que o impacto das IGs é considerado particularmente promissor e multiplicador no âmbito dos territórios.

3. Aspectos Metodológicos

No contexto brasileiro, as IGs são um fenômeno complexo e heterogêneo (em produtos, tipos de atores, estratégias e redes de apoio que possibilitaram o registro) (Wilkinson, Cerdan & Dorigon, 2017). Tendo em vista essa heterogeneidade muitos trabalhos optaram por investigar apenas um tipo de produto ou ainda casos específicos. Este trabalho, no entanto, busca realizar uma análise em um nível mais abrangente, mas ainda assim que tenha alguns aspectos comuns. Nesse sentido, para averiguar como o tempo de vida das IGs podem influenciar na mitigação dos efeitos econômicos da pandemia, foi proposta uma análise do setor agroalimentar. O segmento foi definido tendo em vista o fato de ser o com maior número de IGs reconhecidas no país. Além disso, existe potencial contribuição para agricultura familiar, bem como possibilidade de diferenciação de commodities, a partir de indicadores como o PIB per capita e o emprego formal.

Primeiramente foram identificados os municípios brasileiros que apresentaram uma ou mais IG no Brasil. Na sequência, por meio da estimação de um modelo quase experimental (*Propensity Score Matching* - PSM), foi analisado o efeito de se ter pelo menos uma IG no desenvolvimento territorial durante a pandemia de COVID-19. Apesar de o desenvolvimento territorial extrapolar o aspecto econômico contemplando também o ambiental e o social, optou-se por focar exclusivamente a parte econômica tendo em vista os dados disponíveis, bem como o entendimento que durante o período da pandemia as variáveis econômicas obtiveram oscilações consideráveis.

Uma forma eficiente para se avaliar o efeito de uma política pública sobre determinada variável consiste em observá-la quando à unidade de análise *i* (neste caso, municípios) é beneficiado por certa política *versus* quando não é (Heinrich, Maffioli & Vázquez, 2010). A diferença obtida na variável de interesse consiste no impacto da política pública. Ou seja:

$$\delta_i = Y_{1i} - Y_{0i} \quad (1)$$

Em que: δ_i é o efeito da política pública – neste caso, das IGs – na variável de interesse (*proxies* do desenvolvimento territorial), com relação à unidade de análise *i* (municípios); Y_{1i} é o valor da variável de interesse após a participação do município *i* no IG; e Y_{0i} denota o valor da variável de interesse se o município *i* não participasse do IG.

O impacto de qualquer política pública não deve ser individualizado, mas sim, mensurar seu efeito médio sobre o grupo analisado. Para isso, usa o parâmetro conhecido como Efeito Médio do Tratamento, *Average Treatment Effect* (ATE), descrito por (2).

$$ATE = E(\delta) = E(Y_1 - Y_0) \quad (2)$$

Em que: *E* corresponde ao valor esperado; Y_1 é o valor da variável de interesse após a participação dos municípios na IG; e Y_0 denota o valor da variável de interesse caso os municípios não participem da IG.

A dificuldade de se mensurar (2) é que esse e outros efeitos não necessariamente são observáveis. Dessa forma, supondo que a diferença entre as médias seja dada pela média das diferenças, então ATE pode ser representado por (3).

$$ATE = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 1) \quad (3)$$

O item $E(Y_0|T = 1)$ representa o resultado médio que os tratados teriam obtido na ausência de tratamento, elemento que não é observado. Por isso, esse valor passa a ser substituído por $E(Y_0|T = 0)$, mensurando o valor

da variável de interesse, Y_0 , do grupo dos não beneficiados pela IG, o qual é observado. A partir daí se pode calcular:

$$\Delta = E(T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (4)$$

Se somar e subtrair de (4) o termo $E(Y_0|T = 1)$, ter-se-á a diferença entre Δ e o ATE (5):

$$\Delta = E(T = 1) - E(T = 1) + E(T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (5a)$$

$$\Delta = ATE + E(T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (5b)$$

$$\Delta = ATE + SB \quad (5c)$$

Em que: **SB** corresponde à diferença entre a variável **Y** do grupo dos beneficiados pela IG e dos não beneficiados. Se **SB** for igual a zero, **ATE** pode ser mensurado por meio da diferença entre as médias da variável **Y**; no entanto, dificilmente isso ocorre, e, por isso, se deve utilizar uma metodologia adequada que garanta que o termo **SB** seja igual a zero.

Um dos métodos utilizado para minimizar o viés de seleção, especialmente quando a seleção dos participantes de determinado programa não é aleatória¹, corresponde ao *Propensity Score Matching* (PSM). O método PSM visa parear unidades da amostra (municípios) por um score estimado em função da probabilidade condicional de recebimento do tratamento (ou seja: ser um município com IG agroalimentar). O cálculo desse score foi efetivado por meio de uma regressão *probit*, diante da eleição de um rol de covariadas.

A dificuldade que se tem em mensurar os efeitos da IG entre esses dois grupos finda-se na distinção das características existentes entre ambos, características que podem estar determinando a diferença na variável de interesse. Com efeito, Cavalcanti et al. (2016) inferem que a avaliação ideal do impacto de qualquer política pública seria a comparação entre um mesmo grupo em dois contextos: participar ou não de uma política. Porém, como isso não é possível, a alternativa está na criação de um grupo estatisticamente idêntico, de modo que o diferencial se apoia apenas no fato de participar ou não de uma política pública específica.

E o método PSM permite fazer essa comparação, encontrando os similares dentro dos grupos de municípios que receberam a indicação geográfica (grupo de tratamento, $T=1$) e os que não receberam (grupo de controle, $T=0$). Esta propensão é gerada a partir das características observáveis dos municípios, e que afetam a sua probabilidade de ter uma IG. Assim, a participação ou não dos municípios na IG passa a ter um caráter aleatório (Heinrich et al., 2010).

Para estabelecer o grupo de tratamento e de controle neste trabalho, foram considerados seis cenários (quadro 1 e 2). O objetivo de se ter diferentes tratados e controles é verificar a ocorrência, ou não, de impactos díspares em se possuir IGs com tempo de vida distintos entre os municípios². Ressalta-se que no grupo de tratamento foram considerados municípios com IGs aqueles que a obtiveram até o ano de 2021.

Quadro 1 – Cenários considerados para definição dos grupos de tratamento e controle

	Grupo Tratado	Grupo Controle
1	Municípios com pelo menos uma IG entre 0 e 7 anos (IG Nova)	Municípios sem nenhuma IG
2	Municípios com pelo menos uma IG entre 8 e 14 anos (IG Jovem)	Municípios sem nenhuma IG
3	Municípios com pelo menos uma IG com 15 anos ou mais (IG Madura)	Municípios sem nenhuma IG
4	Municípios com IGs entre 8 e 14 anos (IG Jovem)	Municípios com apenas IGs entre 0 e 7 anos (IG Nova)
5	Municípios com IGs com 15 anos ou mais (IG Madura)	Municípios com apenas IGs entre 0 e 7 anos (IG Nova)
6	Municípios com IGs entre 8 e 14 anos (IG Jovem)	Municípios com apenas IGs com 15 anos ou mais (IG Madura)

Fonte: dados da pesquisa.

Após estabelecer os grupos de controle e tratamento, procedeu-se ao emparelhamento dos pares de municípios, tanto no grupo de controle quanto no de tratamento, em cada cenário. Para esse fim, foram coletadas as covariáveis descritas no Quadro 2, em conformidade com a literatura existente (Crescenzi, De Filippis, Giua & Vaquero-Piñeiro, 2022; Matos, Braga & Albino, 2021; Medeiros, Raiher & Passador, 2021).

¹ Dada a não aleatoriedade, não se consegue separar o efeito da IG dos efeitos de outros fatores que também podem influenciar a variável de interesse.

² Municípios com múltiplas IGs foi considerado para este estudo apenas as IG com maior tempo de reconhecimento dentro do mesmo município.

Quadro 2 – Covariáveis do modelo Probit e sua fonte.

Covariável	Fonte
População 2018	IBGE
Percentual agricultura familiar 2017	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Percentual de agricultores com ensino fundamental	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Idade média dos agricultores	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Participação da agropecuária no PIB total	IBGE
Tamanho das propriedades	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Índice Firjan 2016	Firjan 2016
Percentual de área de agricultura Temporária	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Região – Norte	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Nordeste	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Centro Oeste	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Sudeste	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Sul	IBGE e Dados da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa.

Estas covariáveis foram utilizadas na estimação do modelo *probit* com o objetivo de calcular um escore para cada município – tratado e de controle, visando identificar pares que sejam mais semelhantes em termos dessas características, via os algoritmos de vizinhança selecionados (Quadro 3).

Quadro 3 – Variáveis de resultados e algoritmos de vizinhança

Indicador	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
PIB per capita	2 vizinhos	Kernel	Kernel	1 vizinho / Caliper	2 vizinhos	Kernel
Variação de estabelecimentos	Kernel	Kernel	2 vizinhos	1 vizinho	Caliper	Kernel
Emprego Total per capita	Kernel	1 vizinho	Kernel / Caliper	Kernel	Kernel	Kernel
Emprego Turismo per capita	Kernel	1 vizinho	Kernel	1 vizinho	1 vizinho / Caliper	Kernel
Emprego Hotelaria per capita	Kernel	Kernel	1 vizinho / Caliper	Kernel	2 vizinhos	Kernel
Emprego Agropecuária per capita	Kernel	Kernel	2 vizinhos	Caliper	Kernel	2 vizinhos

Fonte: dados da pesquisa.

A seleção dessas variáveis como covariáveis baseou-se em sua identificação como determinantes potenciais de se ter IG em estudos anteriores. No entanto, nem todas essas variáveis são necessariamente incluídas na estimativa do modelo *probit*, pois além de sua relevância teórica, é crucial que elas demonstrem um nível adequado de similaridade após o pareamento entre os grupos de tratamento e controle.

Para avaliar essa similaridade, foi conduzido o teste t para comparar as médias das covariáveis entre os grupos tratado e de controle. O resultado esperado deste teste é a ausência de diferenças significativas entre esses grupos em relação às covariáveis, de modo que, o que diferencia cada par de municípios tratado e de controle seria ter ou não ter IG. Como resultado, apenas as covariáveis que demonstraram gerar um suporte comum entre tratados e controle foram consideradas para a estimação do modelo *probit* nesta pesquisa. Assim, as covariáveis selecionadas para a inclusão no modelo *probit* foram: participação da agropecuária no PIB total, percentual da agricultura familiar, idade média dos agricultores, tamanho das propriedades, índice Firjan e regiões do Brasil.

Por fim, na estimação do modelo *probit* a variável dependente correspondeu a ter ou não ter uma IG nova, jovem e madura, ou seja, uma variável binária que recebeu o valor de 1 nos municípios considerados tratados (conforme o Quadro 1) e 0 quando o município foi classificado como de controle. Através da estimação deste modelo, foi possível identificar o efeito de cada covariável na probabilidade de um município possuir IGs, obtendo, também, um escore para cada município, por meio do qual pareou o grupo de tratados e de controle.

Após ter efetivado o pareamento entre cada município tratado e de controle – de modo que todas as características selecionadas foram controladas e a única diferença entre os grupos refere-se a se ter IGs e seus tempos de vida – testou o efeito de ser tratado em indicadores do desenvolvimento territorial, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Variáveis de resultados do modelo PSM, fonte e anos analisados

Variável	Fonte	Ano
Variação do PIB <i>per capita</i>	IBGE	2019 – 2020
Variação do Número de Estabelecimentos Formais	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego Total <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego no Turismo <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego na Hotelaria <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego na Agropecuária <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021

Fonte: dados da pesquisa.

É importante destacar que para a realização das análises do efeito das IGs na variação do PIB *per capita* utilizou como ano base 2019 e ano final 2020, devido a disponibilidade dos dados. Para os demais indicadores do Quadro 4, a variação considerada foi de 2019 até 2021. Assim, são apresentados os resultados decorrentes da aplicação desta metodologia.

3. Resultados e Discussões

Durante a pandemia da COVID-19, o Brasil adotou diversas medidas para conter a disseminação do vírus, como o isolamento social e restrições à mobilidade, o que impactou fortemente o emprego e a renda, sobretudo nos setores de turismo, transporte e alimentação (Ministério da Economia, 2020). Além disso, houve redução nas exportações, queda nos preços das commodities, interrupção de cadeias produtivas e desvalorização de ativos, refletindo em um recuo do PIB e comprometimento da dinâmica econômica nacional (World Bank, 2020).

Nesse contexto, as economias municipais também foram afetadas. Conforme a Tabela 4, diversas variáveis que expressam a atividade econômica apresentaram variações próximas de zero, pós-início da pandemia, e seus valores apresentaram disparidades elevada³. Isso sugere que, enquanto alguns mantiveram desempenho econômico positivo, outros não conseguiram evitar perdas significativas.

Em relação ao PIB *per capita* e ao emprego total, mais de 70% dos municípios demonstraram recuperação. No entanto, indicadores ligados ao turismo, hotelaria e agropecuária mostram que a maioria dos municípios não conseguiu reverter as perdas nesses setores, possivelmente devido à forte dependência da circulação de pessoas, duramente restringida durante a pandemia.

Os resultados para os municípios brasileiros após o início da pandemia indicam um quadro marcado por forte heterogeneidade. A Tabela 1 mostra que, embora uma parcela relevante dos municípios tenha apresentado variações positivas em indicadores como PIB *per capita*, emprego total, número de estabelecimentos e emprego na agropecuária, as amplitudes e coeficientes de variação são elevados, sugerindo trajetórias muito distintas de perda e retomada. Em geral, áreas que já exibiam maior dinamismo econômico antes da crise foram proporcionalmente mais afetadas, e a recuperação se deu de forma desigual entre regiões e setores.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas acerca dos indicadores relacionados ao desempenho econômico dos municípios brasileiros na pandemia – municípios do Brasil

Variável	Média	Mínimo	Máximo	DP	CV (%)	% MVP
Variação do PIB <i>per capita</i> 2019-2020	0,82	-76,52	153,47	4,17	508	71,69
Variação do emprego Total 2019-2021	0,009	-0,34	0,61	0,02	289	72,74
Variação do número de estabelecimentos 2019-2021	9,12	-6171	1116	123,54	1354	61,38
Variação do emprego do turismo 2019-2021	0,00007	-0,02	0,05	0,0014	1860	46,10
Variação do emprego hotelaria 2019-2021	-0,00004	-0,04	0,02	0,0018	-4132	39,10
Variação do emprego na agropecuária 2019-2021	0,0002	-0,25	0,11	0,007	2880	49,45

Fonte: Rais e Ipeadata. Organização dos autores.

Legenda: DP – Desvio Padrão; CV – Coeficiente de Variação; MVP – Municípios com Variação Positiva Pós Início de Pandemia.

³ Evidenciado pelo coeficiente de variação e pelos valores máximo e mínimo de cada variável.

Nesse contexto, as Indicações Geográficas despontam como um possível fator associado à resiliência territorial. Ao certificar origem e qualidade, as IGs tendem a agregar valor aos produtos, estimular o turismo, fomentar o emprego local e reforçar a visibilidade e a coordenação das economias regionais (Locatelli, 2007).

Estudos anteriores apresentaram que parte dos municípios com IG apresentaram desempenho relativamente superior na retomada econômica, o que reforça a hipótese de que esse instrumento pode contribuir para estratégias de desenvolvimento e recuperação econômica em contextos de crise (Leite, 2024). Diante desse contexto, ainda que essa retomada tenha ocorrido de forma diferenciada entre territórios e setores. Essas diferenças de reação sugerem que características específicas das indicações podem influenciar seus efeitos econômicos.

Assim, coloca-se a seguinte questão: em que medida a maturidade das IGs – aqui entendida como o tempo de reconhecimento formal – contribui para explicar essas respostas heterogêneas? Para investigar essa hipótese, estima-se o impacto da presença e do grau de maturidade das IGs sobre as economias locais por meio do método de Propensity Score Matching (PSM).

Inicialmente, verificou-se que municípios com menor índice de desenvolvimento socioeconômico (proxy: índice Firjan de Desenvolvimento) apresentaram maior chance de ter IGs, reforçando que, no Brasil, as IGs não servem apenas como ferramenta para proteger produtos e serviços, mas também são aplicadas como uma política de desenvolvimento. Também se observou maior probabilidade de IGs em municípios com propriedades rurais maiores, o que pode estar relacionado à predominância do café entre os produtos com IG – o qual geralmente utiliza áreas maiores para seu cultivo.

Tabela 2 – Probabilidade de o município ter IG segundo as covariáveis do modelo Probit

Covariáveis	Coefficiente	P-valor
Percentual agricultura familiar 2017	-0,0015	0,213
Percentual de agricultores com ensino fundamental	0,2490	0,297
Participação da agropecuária no PIB total	0,0001	0,213
Tamanho das propriedades	0,0003*	0,005
Índice Firjan 2016	-1,2334*	0,000
Região – Norte	-0,8633*	0,000
Região – Nordeste	0,0649	0,401
Região – Centro Oeste	-0,9187*	0,000
Região – Sudeste	-0,0083	0,899
Constante**	-0,3383	0,258

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%;

** Região Sul faz parte da constante.

Em seguida, avaliou-se se possuir IG influenciou a retomada econômica. A análise da variação do PIB per capita entre 2019 e 2020 (Tabela 3) apontou que possuir uma IG Nova foi um fator importante na retomada do crescimento econômico durante a pandemia. Além disso, quando um município possui uma IG Madura em seu território na média, apresenta um diferencial positivo ainda mais expressivo na variação do PIB per capita. Em outras palavras, em média, os municípios que detêm uma IG Nova apresentaram uma variação superior em R\$ 375,60 em comparação com aqueles sem nenhuma IG. Já entre os municípios com uma IG Madura, o diferencial médio no PIB per capita entre 2019 e 2020 atingiu R\$ 650,40, quando comparado àqueles sem nenhuma IG.

Tabela 3 – Efeito médio da influência de se ter IG em relação ao seu tempo de vida sobre a variação do PIB per capita (mil R\$) - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	IG Nova	2 vizinhos	0,3756*	2,13
Nenhuma IG	IG Jovem	Kernel	0,3601*	2,45
Nenhuma IG	IG Madura	Kernel	0,6504*	2,35
IG Nova	IG Jovem	1 vizinho / caliper	-0,9884	-2,77
IG Nova	IG Madura	2 vizinhos	-1,1057	-0,94
IG Jovem	IG Madura	kernel	0,7632	0,81

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Diante deste resultado é possível concluir que ter IGs se apresentou como um fator importante na retomada do crescimento econômico local durante a pandemia. E esse efeito foi ainda maior quando os municípios apresentaram mais do que uma IG.

Estudos anteriores já apontaram o impacto positivo das IGs sobre variáveis como renda, consumo, turismo e receita agrícola (Jena, Grote & Wollni, 2015; Medeiros et al., 2021; Poetschki, Peerlings & Dries, 2021), todas correlacionadas ao desempenho do PIB. Logo, IGs Maduras tendem a amplificar tais benefícios, fomentando o comércio, novos negócios e sinergias locais.

Levando em conta que, frequentemente, a dinâmica da formação da riqueza de um município se concentra nas mãos de poucas pessoas e não resulta efetivamente em bem-estar para toda a população, esta pesquisa analisou o efeito das indicações geográficas em outros indicadores econômicos, além do PIB per capita.

Reconhecendo que o crescimento do PIB nem sempre se traduz em bem-estar coletivo, também se investigou o efeito das IGs sobre outras variáveis. A variação no número de estabelecimentos formais entre 2019 e 2021 (Tabela 4) não apresentou significância estatística. Uma possível justificativa pode ser o fato de que outros fatores tiveram um papel mais significativo na variação do número dos estabelecimentos.

Com efeito, durante o período da pandemia, houve algumas medidas, por parte do poder público, para mitigar efeitos negativos e estimular a economia. Essas medidas incluíram: acesso a recursos financeiros, flexibilização das leis trabalhistas, suspensão do recolhimento de impostos. Neste sentido, algumas das principais contribuições do governo foram a promulgação das Medidas Provisórias 92719 e 93620, ambas de 2020, que tinham o objetivo de preservar empregos, estabelecimentos e renda durante a pandemia (Koga, Silva & França, 2020). Assim, mesmo que as IGs possam trazer benefícios na variação dos estabelecimentos, na média, não foi estatisticamente significativo nesse contexto de pandemia.

Tabela 4 – Efeito médio da influência de se ter IG em relação ao seu tempo de vida sobre a variação dos Estabelecimentos - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	IG Nova	Kernel	5,6835	1,29
Nenhuma IG	IG Jovem	Kernel	1,9069	0,55
Nenhuma IG	IG Madura	2 vizinhos	13,3857	1,71
IG Nova	IG Jovem	1 vizinho	-16,4910*	-2,42
IG Nova	IG Madura	Caliper	18,7246	1,86
IG Jovem	IG Madura	Kernel	8,4166	0,78

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Por outro lado, a variação do emprego per capita entre 2019 e 2021 (Tabela 5) mostrou que, em média, a presença de uma IG Nova foi um fator importante para a variação no número de empregos nos municípios brasileiros. Especificamente, para cada mil habitantes, houve um aumento médio de 2,8 postos de trabalho a mais, entre 2019 e 2021, nos municípios que possuíam uma IG Nova, em comparação com aqueles que não tinham nenhuma IG. Porém o resultado da análise mais expressivo aponta que, em média, a presença de uma IG Madura foi um fator importante para a variação no número de empregos nos municípios brasileiros. Especificamente, para cada mil habitantes, houve um aumento médio de 28,8 postos de trabalho a mais, entre 2019 e 2021, nos municípios que possuíam uma IG Madura, em comparação com aqueles que não tinham nenhuma IG. Esse resultado sugere que IGs Maduras, por estarem mais integradas à economia local, potencializam a demanda por produtos, turismo, gastronomia e serviços associados.

Tabela 5 – Efeito médio da influência de se ter IG em relação ao seu tempo de vida sobre a variação do Emprego Total per capita - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	IG Nova	Kernel	0,0028*	2,67
Nenhuma IG	IG Jovem	1 vizinho	0,0006	0,45
Nenhuma IG	IG Madura	Kernel/caliper	0,0288*	2,77
IG Nova	IG Jovem	Kernel	-0,0011	-0,55
IG Nova	IG Madura	Kernel	0,0138	1,42

IG Jovem	IG Madura	Kernel	0,0136	1,11
----------	-----------	--------	--------	------

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Em contrapartida, o impacto das IGs sobre o emprego no turismo (Tabela 6) não foi significativo. Os dados indicam que as IGs não exerceram uma influência estatisticamente significativa na recuperação do emprego no setor de turismo. É importante ressaltar que o turismo foi um dos setores mais impactados durante o período da pandemia, como evidenciado pelos dados apresentados na Tabela 4. Isso se deve principalmente às medidas restritivas adotadas, que levaram à interrupção das viagens e das atividades turísticas e ao cancelamento de eventos, o que acabou afetando diretamente o setor, que depende da circulação de pessoas para poder funcionar (Gössling, Scott & Hall, 2020). Com as restrições de circulação, o resultado para os empregos no turismo foi a demissão em massa de trabalhadores, afetando toda a cadeia produtiva do setor (Corbari & Grimm, 2020).

Diante dos diversos desafios enfrentados pelo setor, a contribuição das Indicações Geográficas (IGs) pode ter sido atenuada por outros elementos, resultando em um efeito não significativo. Um dos possíveis fatores que podem ter influenciado esse cenário é o grande desafio de reconstruir a confiança dos consumidores, os quais estavam inseguros e temerosos quanto à possibilidade de contrair a doença, o que impactou sua disposição para consumir serviços de turismo (Harchandani & Shome, 2021). Diante da baixa demanda no setor, as empresas possivelmente adotaram uma abordagem mais cautelosa em relação à contratação de novos funcionários, independentemente da presença de IGs. Além disso, fatores como políticas de estímulo ao turismo e o progresso na vacinação contra a COVID-19 não foram suficientes para impulsionar uma retomada significativa.

Esses fatores podem ter exercido uma influência mais significativa na retomada do emprego no turismo do que a presença de IGs, justificando, em parte, a ausência de efeitos identificados nos resultados da Tabela 9.

Tabela 6 – Efeito médio da influência de se ter IG em relação ao seu tempo de vida sobre a variação do Emprego Turismo per capita - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	IG Nova	Kernel	-0,0000	-1,22
Nenhuma IG	IG Jovem	1 vizinho	0,0000	1,03
Nenhuma IG	IG Madura	Kernel	-0,0001	-0,83
IG Nova	IG Jovem	1 vizinho	0,0000	0,81
IG Nova	IG Madura	1 vizinho/Caliper	0,0000	0,40
IG Jovem	IG Madura	Kernel	-0,0001	-0,60

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

De forma semelhante, o emprego na hotelaria (Tabela 7) os resultados mostram um impacto negativo em municípios com IG Nova. Especificamente, observou-se uma média de 0,1 postos de trabalho a menos por mil habitantes em comparação com municípios sem IG.

No entanto, é importante destacar que esse efeito não deve ser interpretado como um resultado negativo da IG em si, mas como reflexo da severidade dos impactos da pandemia sobre um setor fortemente dependente da circulação de pessoas. Assim, a presença de IGs não agravou a situação, mas tampouco foi suficiente para reverter os efeitos negativos impostos ao setor.

O setor hoteleiro, assim como o setor de turismo, foi profundamente afetado pelas medidas de distanciamento adotadas no início da pandemia. Como o turismo, a atividade hoteleira depende da circulação das pessoas para consumir seus serviços e gerar recursos e empregos (Harchandani & Shome, 2021).

Tabela 7 – Efeito médio da influência de se ter IG em relação ao seu tempo de vida sobre a variação do Emprego Hotelaria per capita - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	IG Nova	Kernel	-0,0001*	2,03
Nenhuma IG	IG Jovem	Kernel	0,0001	1,88
Nenhuma IG	IG Madura	1 vizinho/caliper	0,0003	-1,55
IG Nova	IG Jovem	kernel	0,0000	0,15

IG Nova	IG Madura	2 vizinhos	-0,0009*	-2,50
IG Jovem	IG Madura	Kernel	-0,0008*	-2,13

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Por fim, na agropecuária (Tabela 8), observou-se que, na média, uma IG Madura no município impacta o mercado de trabalho do setor. O resultado mais favorável é observado ao comparar um município sem IG com aquele que uma IG Madura. Em média, nesses municípios, a cada mil habitantes, houve um aumento positivo de 8,4 postos de trabalho, em comparação com os municípios sem nenhuma IG. Entretanto, no caso de um município uma IG Jovem frente a uma IG Madura o resultado na média se mantém favorável, apresentando o resultado que a cada mil habitantes, houve um aumento positivo de 5 postos de trabalho. Uma explicação para esse resultado pode estar relacionada ao tipo de produtos das IGs. Devido às características dos produtos associados às IGs, que são geralmente produtos diferenciados e que demandam mão de obra para seu processo produtivo, a posse IG maduras tendem a trazer benefícios significativos para o município.

Tabela 8 – Efeito médio da influência de se ter IG em relação ao seu tempo de vida sobre a variação do Emprego Agropecuária per capita - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	IG Nova	Kernel	0,0005	1,93
Nenhuma IG	IG Jovem	Kernel	0,0002	0,95
Nenhuma IG	IG Madura	2 vizinhos	0,0084*	2,96
IG Nova	IG Jovem	Caliper	0,0005	0,99
IG Nova	IG Madura	Kernel	0,0037	1,86
IG Jovem	IG Madura	2 vizinhos	0,0050*	2,19

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Diante dos resultados obtidos, torna-se pertinente refletir sobre os mecanismos por meio dos quais as Indicações Geográficas (IGs) influenciam a dinâmica econômica local, sobretudo em cenários de crise como o da pandemia da COVID-19.

A análise evidencia que os impactos positivos das IGs não são homogêneos, variando conforme o tempo de maturação da certificação e o setor econômico considerado. Essa diversidade de efeitos sugere a necessidade de uma abordagem mais refinada na formulação de políticas públicas, que leve em conta as especificidades territoriais, o estágio de desenvolvimento das IGs e as cadeias produtivas envolvidas.

Considerações finais

O presente trabalho objetivou analisar a influência do tempo de vida das IGs sobre os efeitos econômicos observados nos municípios brasileiros durante a pandemia de COVID-19.

Foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa utilizando o *Propensity Score Matching* para verificação dos efeitos no âmbito agroalimentar. Os resultados apontam que possuir indicação geográfica teve efeito positivo na recuperação dos municípios englobados em suas delimitações no caso dos produtos agroalimentares para os quesitos: PIB per capita (significativo nos cenários de municípios com IG frente a municípios sem nenhuma IG); emprego total per capita (havendo significância na comparação de municípios sem IG versus IG Nova e na comparação de municípios sem IG versus IG Madura); emprego per capita na agropecuária (positivo nos cenários de municípios sem IG versus IG Madura e no cenário de municípios com IG Jovem versus IG Madura). Para a variação do número de estabelecimentos formais, emprego no Turismo e na Hotelaria não foram encontrados resultados positivos estatisticamente significativos.

Os dados encontrados mostram que a estratégia de indicações geográficas pode tornar os territórios mais resilientes. Diversas são as hipóteses para a ocorrência desse fato: a própria comercialização do produto detentor de registro ou produtos correlatos à sua produção (a montante e à jusante); a formação de uma cesta de bens e serviços locais; maior visibilidade do território e do produto, bem como fortalecimento imagético mútuo; existência de apoio por parte de algumas organizações (públicas e privadas) para pequenos produtores,



ARTIGO

especialmente de origem; a governança e articulação dos atores imprescindível à implementação de uma IG; interesse dos consumidores; entre outros. Não se pode afirmar qual(is) questões tiveram mais peso se levando em consideração todos os distintos produtos e regiões abarcadas no presente estudo. Nesse sentido, sugerem-se novos estudos qualitativos, quantitativos e mistos que possam observar em maior pormenor alguns setores ou casos específicos.

Aqui não se realizou distinção entre as tipologias de indicações geográficas. Há que se considerar que no processo de reconhecimento há exigências maiores para obtenção de denominação de origem, pois é necessário comprovar o vínculo qualitativo do território com o produto. Por conseguinte, poder-se-ia esperar maiores ganhos em decorrência do “selo” obtido. Tal fato pode ser analisado em estudos futuros. Contudo, cabe rememorar que indicação de procedência denota notoriedade o que tem relação com história, cultura e vários atributos tangíveis e intangíveis; enquanto denominação de origem atesta que certas características decorrem do ambiente físico, mas também há todo o contexto sociocultural, histórico e econômico dos produtos. Entende-se que são categorias que destacam aspectos diferentes. Assim, optou-se por não fazer distinção, já que ambas pretendem valorizar recursos territoriais que podem, e devem, ser trabalhadas como um ativo coletivo.

O presente trabalho evidenciou efeitos positivos das IGs em termos municipais e adicionou à discussão a ocorrência do tempo de vida das IGs em um município, trazendo contribuição teórica ao campo de estudo. Em momentos de crise ou não, as IGs se mostram ferramentas úteis ao desenvolvimento territorial, desde que sustentadas por políticas de fomento, fortalecimento das cadeias produtivas e apoio institucional. Portanto, sugere-se ações de difusão, ensino e promoção das indicações geográficas no país, em paralelo com o fortalecimento de cadeias produtivas e entidades coletivas, bem como outras ações convenientes a cada território.

O território, entendido como construção coletiva, pode encontrar nas IGs um catalisador para o dinamismo econômico e para a valorização de sua identidade sociocultural.

Em síntese, os resultados reforçam que o simples reconhecimento formal de uma Indicação Geográfica não é suficiente para garantir efeitos econômicos positivos de forma automática. Para que a IG se converta, de fato, em ativo de desenvolvimento territorial, é necessário um processo de amadurecimento ao longo do tempo, sustentado pela articulação contínua dos atores locais, pela consolidação de arranjos de governança, pela qualificação das cadeias produtivas e pela manutenção de políticas de apoio. É nessa combinação entre reconhecimento, maturidade e coordenação coletiva que a IG tende a expressar plenamente seu potencial de fortalecimento econômico e de valorização do território.

Agradecimentos

Agradecimentos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA).

Referências

- Abramovay, R. (2006). Para uma teoria dos estudos territoriais. In M. Manzanal, G. Neiman & M. Lattuada (Eds.), *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios* (pp. 51–70). Buenos Aires, AR: Ediciones Ciccus.
- Allaire, G., Casabianca, F., & Thévenot-Mottet, E. (2011). The geographical origin, a complex feature for agrofood products. In E. Barham & B. Sylvander (Eds.), *Labels of origin for food: Local development, global recognition* (pp. 1–12). CAB International.
- Aydalot, P. (1985). *Economia regional e urbana*. Paris, FR: Économica.
- Benko, G. (1998). *A ciência regional*. Paris, FR: Presses Universitaires de France.
- Benko, G., & Pecqueur, B. (2001). Les ressources de territoires et les territoires de ressources. *Finisterra*, 36(71). Recuperado de <https://doi.org/10.18055/Finis1644>



ARTIGO

Bradford, N. (2004, fevereiro). Place matters and multi-level governance: Perspectives on a new urban policy paradigm. Options politiques. Recuperado de <http://www.irpp.org>

Cavalcanti, T. V. de V., Figueiredo, E., & Rocha, B. (2016). Avaliação de políticas públicas: métodos quantitativos e aplicações. *Revista Brasileira de Economia*, 70(2), 195–224. Recuperado de <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20160011>

Cazella, A. A., Dorigon, C., & Pecqueur, B. (2022). Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 42(1), 1–21. Recuperado de <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/797>

Corbari, S. D., & Grimm, I. J. (2020). A pandemia de COVID-19 e os impactos no setor do turismo em Curitiba (PR): uma análise preliminar. *Ateliê do Turismo*, 4(2), 1–26. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/adtturismo/article/view/11284/8435>

Covalchuk, G. C. (2022). Indicação geográfica e cesta de bens e serviços territoriais: o caso da IG de São Matheus (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR.

Crescenzi, R., De Filippis, F., Giua, M., & Vaquero-Piñeiro, C. (2022). Geographical indications and local development: The strength of territorial embeddedness. *Regional Studies*, 56(3), 381–393. <https://doi.org/10.1080/00343404.2021.1946499>

Dallabrida, V. R. (2012). Território e desenvolvimento sustentável: indicação geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil. *Informe Gepec*, 16(1), 42–59.

Giovannucci, D., Josling, T., Kerr, W., O'Connor, B., & Yeung, M. T. (2009). Guide to geographical indications: Linking products and their origins. International Trade Centre. Recuperado de <https://www.intracen.org/resources/publications/guide-to-geographical-indications>

Gollo, S. S. (2006). Indicações geográficas e desenvolvimento regional: a valorização dos produtos tradicionais locais. *Revista de Desenvolvimento Regional*, 11(2), 45–63.

Gössling, S., Scott, D., & Hall, C. M. (2020). Pandemias, turismo e mudança global: uma avaliação rápida da COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, 1–20. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>

Harchandani, P., & Shome, S. (2021). Turismo global e COVID-19: uma avaliação de impacto. *Tourism*, 69(2), 262–280. Recuperado de <https://hrcak.srce.hr/file/376972>

Heinrich, C., Maffioli, A., & Vázquez, G. (2010). Um guia introdutório para aplicação de Propensity-Score Matching: diretrizes para avaliação de impacto. Washington, DC, US: Inter-American Development Bank. Recuperado de <https://publications.iadb.org/en/primer-applying-propensityscore-matching>

Jean, B. (1996). A região sob o olhar sociológico: a construção social do fato regional. In M.-U. Proulx (Org.), *O fenômeno regional em Quebec* (pp. 131–155). Quebec, CA: PUQ.

Jena, P. R., Grote, U., & Wollni, M. (2015). Geographical indication protection and rural livelihoods: Insights from India and Thailand. *Asian-Pacific Economic Literature*, 29(1), 174–185. <https://doi.org/10.1111/apel.12092>

Koga, N. M., Silva, F. S., & França, C. G. (2020). Os instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da COVID-19: uma análise dos normativos produzidos pelo Executivo federal. *Boletim de Análise Político-Institucional*, (22).



ARTIGO

Lacour, C. (2000). Os territórios, novos recursos do desenvolvimento. In Pesquisas para e sobre o desenvolvimento territorial. Anais do Simpósio de Montpellier, Montpellier, FR.

Leite, R. P. (2024). Indicações geográficas e o desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19 (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR.

Locatelli, L. (2007). Indicações geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba, PR: Juruá.

Matos, K. F. da S., Braga, M. J., & Albino, P. M. B. (2021). Impacto das indicações de procedência no desenvolvimento municipal. Colóquio (Taquara), 19(1), 47–59. Recuperado de <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2340>

Mazoyer, M., & Roudart, L. (2010). História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea (C. F. F. B. Ferreira, Trad.). Editora Unesp; NEAD. (Trabalho original publicado em 1997)

Medeiros, M. de L., Raiher, A. P., & Passador, J. L. (2021). Indicações geográficas e seu impacto no desenvolvimento territorial: evidências empíricas para municípios brasileiros. Studies of Applied Economics, 39(8). Recuperado de <http://ojs.ual.es/ojs/index.php/eea/article/view/4376>

Ministério da Economia. (2020). Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus. Recuperado de <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestaopublica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil>

Mollard, A., & Pecqueur, B. (2007). O desenvolvimento regional: desafios de pesquisa e de atores. In A. Mollard et al., Territórios e desafios do desenvolvimento regional (pp. 15–35). Versailles, FR: Éditions Quae.

Muller, P. (1990). As políticas públicas (Coleção Que sais-je?). Paris, FR: Presses Universitaires de France.

Organização Mundial do Comércio. (2005). Acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS). Recuperado de https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/trips_e.htm#preamble

Pecqueur, B. (2001). Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e serviços territorializados. Économie Rurale, (261).

Poetschki, K., Peerlings, J., & Dries, L. (2021, 17 de dezembro). The impact of geographical indications on agricultural income in the EU olive oil and wine sectors. British Food Journal, 123(13), 579–598. <https://doi.org/10.1108/BFJ-12-2020-1119>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2026). Indicações geográficas brasileiras: Panorama das IGs brasileiras registradas. <https://datasebrae.com.br/panorama-das-igs-brasileiras/>

Wilkinson, J., Cerdan, C., & Dorigon, C. (2017). Geographical indications and “origin” products in Brazil: The interplay of institutions and networks. World Development, 98, 82–92. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.003>

World Bank. (2020). Perspectivas econômicas globais. Recuperado de <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>